

## É da Sua Conta #33 - A cooperação internacional e a importância dos auditores fiscais

<b>Abertura + Sobe BG</b>	
Dani	Oi, boas vindas ao É da sua conta, podcast mensal sobre como consertar a economia para que ela funcione para todas as pessoas. Eu sou a Daniela Stefano.
Luciano Máximo	E eu o Luciano Máximo.  O É da sua conta é uma produção da Tax Justice Network, Rede Internacional de Justiça Fiscal.  Você encontra a descrição completa e pode ouvir os episódios anteriores em <a href="http://www.edasuaconta.com">www.edasuaconta.com</a> e nos mais populares tocadores de áudio.
<b>SOBE BG</b>	
Luciano	Há uma diferença brutal entre os investimentos na administração tributária do sul e do norte global.  E para diminuir os abusos fiscais é preciso investir na formação e treinamento de auditores fiscais.  Como arrecadar receitas se esses profissionais não estiverem bem preparados?
Dani	A importância de uma administração e de um sistema tributário justo e forte é o tema da edição 33 do É da sua conta.
<b>SOBE BG</b>	
Luciano	No episódio 32 do podcast, auditores e auditoras fiscais narraram aventuras que fazem parte do seu trabalho, às vezes arriscando - e até perdendo - a própria vida em nome da justiça fiscal.
Dani	O tema é fascinante e a gente continua nesta edição. Desta vez, vamos conhecer um pouquinho da realidade fiscal de dois países africanos: a Guiné Bissau e a África do Sul.
<b>SOBE BG</b>	
Luciano	Preços de transferência são uma prática realizada por multinacionais em que o fisco ou a receita federal dos países mais pode perder dinheiro para paraísos fiscais.
<b>Dani</b>	Os preços de transferência são aqueles em que uma empresa compra ou vende mercadorias, ou paga patentes ou royalties

	<p>para ela mesma. Estas transações acontecem entre uma filial e uma sede, por exemplo. Acontece que estes valores são estabelecidos pelas próprias empresas e há pouca transparência sobre isso.</p> <p>Isso significa que quando uma empresa possui sede em vários países, dentre elas, alguma em países de baixa tributação, ela pode transferir seus lucros para o local onde paga menos impostos.</p>
Luciano	<p>E é aí que pode ocorrer o abuso fiscal: existem multinacionais que manipulam esses preços para evitar a tributação, principalmente se atuam em países com uma realidade política, econômica e social mais frágil.</p> <p>E se isso parece complicado, é porque é complicado mesmo e esta é uma das razões para treinar os auditores fiscais.</p>
Dani	<p>E com treinamento e experiência, essas práticas podem ser impedidas</p> <p>O Karim Mané e a Clair Hickman nos contam como atuaram em parceria na fiscalização de uma empresa importadora de arroz na Guiné Bissau</p>
<b>Sobe BG música da Guiné Bissau</b>	
<b>Karim 1 - Basicamente a Guiné Bissau é um país lusófono, ex-colônia portuguesa, situada na costa ocidental da África.</b>	
Luciano	<p>Karim Mané trabalha na Direção Geral das Contribuições e Impostos da Guiné Bissau, que é o órgão do governo que cuida da arrecadação. Ele apresenta um pouquinho do seu país:</p>
<b>Karim 2: Nós somos um país multiétnico,cerca de 40 e tal etnias, mas entre elas a base de alimentação toda é o arroz, portanto é um produto que tem uma importância muito grande em termos de base alimentar.</b>	
Dani	<p>A Guiné Bissau é um país relativamente jovem, já que declarou sua independência há 49 anos. É um dos países de mais baixa renda na África, tem uma democracia frágil e, conseqüentemente, uma administração tributária pouco desenvolvida.</p>

	<p>Mas aos poucos, com a assessoria de auditores internacionais focados na agenda de justiça fiscal, essa realidade vai melhorando. A auditora fiscal aposentada Clair Hickman esteve na Guiné Bissau para colaborar com a fiscalização de empresas.</p> <p>E assim que chegou, os auditores fiscais guineenses expuseram um problema em que não encontravam a solução:</p>
Luciano	<p>É que uma das empresas que seria fiscalizada apresentava prejuízo nos últimos anos e nunca pagava um centavo de impostos... afinal ela não lucrava.</p> <p>E os colegas Guineenses da Clair perguntaram: como uma empresa pode sobreviver sem lucros por tanto tempo?</p>
<p><b>Clair 1: alguém e provavelmente os sócios devem estar bancando, injetando dinheiro na empresa pra ela sobreviver. Aí eu fui com eles na empresa pra examinar a documentação e verificar o que estava acontecendo. E a primeira coisa que eu verifiquei foi o contrato social e constatei que os principais sócios era uma empresa com sede na Suíça. E todos sabem que Suíça é considerado um paraíso fiscal. E aí eu pedi também a documentação pra ver quais os produtos que ela importa. Essa empresa praticamente fazia importação de arroz e depois a revenda desse arroz no mercado local.</b></p>	
Dani	<p>E o Karim já havia dito, ainda que tenham línguas, estruturas sociais e costumes distintos, o arroz é a base da alimentação de quase todas as etnias na Guiné Bissau.</p>
<p><b>Karim 3 - nós cultivamos, mas muito pouco, mais o cultivo de subsistência, não é cultivado para fins comerciais no seu todo. A produção atualmente não dá pra suportar a demanda aqui a nível nacional. Em termos de importação na nossa</b></p>	

<p>pauta aduaneira é o produto que é mais importado.</p>	
<p>Luciano</p>	<p>E como seguiu a fiscalização na empresa, Clair?</p>
<p><b>Clair 2 -</b> Aí eu pedi a documentação de importação do produto. E verifiquei que quem vendia o arroz para a empresa lá na Guiné Bissau era própria matriz que fica na Suíça. Pedi a documentação de origem do produto porque a Suíça não é um produtor de arroz e verifiquei com isso que o produtor de arroz era na verdade o Vietnã então o que estava acontecendo era que a matriz, com sede na Suíça comprava arroz do Vietnã, outros países produtores de arroz e revendia esse arroz pra sua própria subsidiária na Guiné Bissau.</p>	
<p><b>Karim 4 -</b> E essa empresa basicamente fazia a importação do arroz através da sua matriz que estava na Suíça, que importava do Vietnã e essa empresa basicamente vendia a mercadoria aqui pra filial da Guiné Bissau a preços elevadíssimos. Mas a empresa aqui em termos fiscais não contribuía praticamente nada, os rendimentos não eram tributados aqui na Guiné Bissau.</p>	
<p><b>Clair 3 -</b> Verifiquei isso através da documentação, por exemplo verifiquei que o custo de importação do arroz girava em torno de 15 mil francos a saca e depois verifiquei também o preço de venda no mercado local, constatei que o preço de venda no mercado da Guiné Bissau</p>	

<p>era semelhante ao custo de importação, também em torno de 15 mil francos e muitas vezes até num valor mais baixo. E de modo que realmente não produzia nenhum lucro e não pagava um centavo de imposto.</p>	
<p>Dani</p>	<p>Certo. E o que significa tudo isso, Clair?</p>
<p>Clair 4 - Tudo indica que a matriz que fica na Suíça compra esse arroz a um preço baixo, um preço de mercado do Vietnã e revende depois pra sua própria subsidiária na Guiné Bissau a um preço mais elevado de modo que o lucro fique todo na Suíça, ou seja, a subsidiária na Guiné Bissau ela não produz lucro nenhum porque o lucro já é retido pela própria matriz.</p>	
<p>Karim 5 - A empresa basicamente foi autuada, foi multada, sofreu penalidades devido a prática que foi realizada, que foi de preços de transferência.</p>	
<p>Luciano</p>	<p>A consultoria de Clair Hickman à administração tributária em Guiné Bissau ocorreu há cerca de cinco anos e essa prática foi incorporada às ações dos auditores fiscais do país:</p>
<p><b>Karim 6 - Foi à altura uma novidade pra nós e agora essa prática é bem identificada, bem tipificada</b></p>	
<p>Dani</p>	<p>Ainda assim, a administração tributária guineense segue em defasagem. O Karim explica que o trabalho dos fiscais não consegue acompanhar o ritmo de evolução das práticas de abusos fiscais realizadas pelas multinacionais. E isso ocorre por falta de investimentos:</p>
<p>Karim 8 Não há muito investimento em capacitação, o próprio governo limita muito a questão do investimento</p>	

<p>para a obtenção de receitas fiscais. como tal, isso acaba se refletindo na qualidade dos técnicos porque não há muito investimento no que se refere no mais básico, que é o salário. E é uma pena porque quem acaba perdendo é o estado, que acaba perdendo por causa das inspeções fracas que nós fazemos. Se investido, capacitar mais os técnicos, trazer mais os consultores para fazer trabalhos conjuntos, dar mais experiências aos técnicos isso ajudaria e muito a nossa administração fiscal evoluir enquanto instituição e o próprio estado a obter receitas fiscais em níveis mais aceitáveis para que não dependa tanto da ajuda exterior.</p>	
<p>Clair 5 - É uma grande injustiça causada pela ganância das grandes transnacionais explorando o povo mais pobre</p>	
<p>Luciano</p>	<p>É difícil saber o total perdido para paraísos fiscais, mas o que nós sabemos é que as perdas chegam a pelo menos quatro bilhões de dólares por ano por causa do abuso fiscal global, de acordo com dados da Tax Justice Network.</p> <p>Esse valor é o equivalente a mais de 60% do orçamento da saúde de Guiné Bissau.</p>
<p>SOBE BG música guineense mixa com música da África do Sul</p>	
<p>Dani</p>	<p>E já estamos na África vamos continuar no continente. Da Guiné-Bissau, que fica na costa ocidental e é banhada pelo oceano atlântico, vamos agora descer e ir até o país mais ao sul, a África do Sul.</p>

<p><b>Luciano</b></p>	<p>De lá vem uma história de justiça fiscal de esperança e cautela ao mesmo tempo, contada pelo Johann van Loggerenberg ao Taxcast, podcast da Tax Justice Network em inglês.</p> <p>Johaán é ex-auditor tributário do país e autor do livro “Morte e impostos: como o fisco da África do Sul fez assassinos de aluguel, traficantes de drogas e sonegadores pagarem suas dívidas”.</p>
<p><b>Johaán 1_comLuiz1 :</b> A África do Sul tem uma história e essa história é parcialmente formada pelo colonialismo, que foi seguido pelo apartheid e o regime que impôs o apartheid. Em 1994 veio o primeiro governo democraticamente eleito e um ano depois a criação do fisco nacional. Tornou-se um órgão estatal único e autônomo, separado do governo. Isso é um profundo reconhecimento de que o serviço de arrecadação de receitas, particularmente quando se trata de países em desenvolvimento, é importante para guiar o país rumo sua soberania fiscal... algo que qualquer economia em desenvolvimento deveria buscar. Mas o mais importante, é que um fisco assim permite que um governo tenha capacidade de financiar seu futuro.</p>	
<p><b>Dani</b></p>	<p>E quando as receitas estavam altas, o fisco sul africano conseguiu se desenvolver e se modernizar.</p>
<p><b>Johaán 2 (1:26):</b> Se olharmos para os resultados da administração tributária sul-africana nesses anos, com exceção de 2008 e 2009, anos marcados pela crise financeira internacional, o fisco consistentemente arrecadou acima das</p>	

<p>metas anuais definidas pelo governo. Ou seja, acima do necessário previsto pelo governo para financiar a si mesmo e seus programas, com crescimento anual. Por sermos um serviço autônomo, íamos ao mercado recrutar os melhores profissionais. Dessa forma, conseguimos criar um grande centro de negócios, uma unidade de preços de transferência de classe mundial, com advogados de primeira classe, os melhores investigadores forenses e laboratórios que o dinheiro poderia comprar.</p>	
<p>Luciano</p>	<p>E todo esse avanço foi motivado por senso de justiça, por um trabalho feito com amor.</p>
<p><b>Johaán 3 com Luiz</b><sup>3</sup> Não representávamos apenas uma instituição para cobrar impostos, fazer valer a legislação tributária e fazer as coisas que um fisco faz. Mas os seres humanos daquela instituição podiam fazer um link direto com o que faziam no dia a dia com o propósito maior de encaminhar dívidas históricas do passado, fazer o país ser fiscalmente soberano e ajudar o governo a financiar programas e planos para construir um país melhor para todos... Não era apenas um trabalho. Foi um trabalho de amor, de coração e de mente.</p>	
<p>Dani</p>	<p>Mas todo esse avanço foi destruído em questão de meses por uma sequência de crises políticas e econômicas vividas pela África do Sul a partir de 2014.</p>
<p><b>Johaán 4 (1:07):</b> Ocorreu o que chamamos uma</p>	



<p>captura de estado. A liderança da receita foi efetivamente eliminada em questão de meses. Havia muita interferência política na rotina das atividades, muita corrupção no país. A arrecadação começou a cair, então o governo foi ficando cada vez mais pobre nos anos seguintes. Por volta de 2017, 2018, houve uma reação significativa da sociedade civil organizada, da mídia, atores externos e da população. Essa captura de estado começou a ser combatida. Claro que um estrago enorme foi feito. Durante essa captura do Estado foram perdidas muita memória institucional, muita experiência, cerca de dois mil profissionais. Vai levar muito tempo para reconstruir a administração tributária da África do Sul.</p>	
<p>Luciano</p>	<p>O Johaan van Loggerenberg mostra que é possível países construírem sistemas tributários justos, com fiscos autônomos e fortes, que valorizam seus trabalhadores e trabalhadoras e os preparam bem para combater abusos fiscais.</p> <p>Na África do Sul a construção desse modelo foi sólida, mas acabou corrompida e agora busca se reerguer.</p> <p>Não deixa de ser um exemplo de boa prática e também para evitar caminhos e escolhas ruins.</p>
<p>Dani</p>	<p>A entrevista completa com o Johaan, está no episódio 101 do Taxcast, o podcast em inglês da Tax Justice Network, apresentado por Naomi Fowler. E na descrição desse episódio você encontra o link para ouvir o Taxcast.</p>
<p>BG</p>	
<p>Luciano</p>	<p>As multinacionais controlam suas transações e podem manipular preços de acordo com os seus interesses financeiros e comerciais, o que pode fazer com que seus lucros sejam enviados para locais onde pagarão pouco ou nada em impostos.</p>

Dani	O problema da manipulação dos preços por multinacionais foi detectado nos Estados Unidos na década de 1980. De lá pra cá, muitas regras foram criadas pela OCDE, o clube dos países ricos, para evitar estas práticas. Mas há muitas influências de interesses privados para que essas proteções não sejam aplicadas.
Luciano	Além disso, as realidades em países de alta e de baixa renda são diferentes: o que funciona no Norte Global, nem sempre funciona no Sul, explica Marcos Valadão, do conselho diretor da Tax Initiative do South Centre:
<b>Marcos 1 - Nem todas as soluções que funcionam bem para os países desenvolvidos funcionam adequadamente para os países em desenvolvimento por diversos motivos, que vão desde treinamento, conhecimento técnico das estruturas de tributação, capacidade técnica mesmo até questões materiais e diferenças estruturais em termos de bases tributárias. Esse pacote de diferenças leva a uma necessidade de ter uma perspectiva própria dos países em desenvolvimento.</b>	
Dani	E essas diferenças entre habilidades nos países de alta e baixa renda ficam bem nítidas se pensarmos que desde os anos 1980 a OCDE tenta coibir essa prática e na Guiné Bissau os técnicos da administração tributária começaram a abordar o problema há cinco anos.
Luciano	É importante saber que com o passar dos anos outras iniciativas foram sendo criadas com o objetivo de diminuir a distância de conhecimento e práticas da administração tributária entre os países.  É o caso do South Centre, dos Auditores Fiscais Sem Fronteiras e de outros centros regionais que possuem projetos que contribuem com treinamento e especializações para os técnicos fiscais em diferentes países.
Dani	Para que os países do sul pudessem aplicar o Transfer Price Guidelines da OCDE, por exemplo, o sub-comitê de Preços de

	Transferência do comitê de tributação da ONU criou um manual prático para que as administrações fiscais de países com menos capacidade técnica pudessem aplicar essas regras:
Marcos 2 - recheado de exemplos, ele tem uma discussão teórica de alguns pontos pra explicar porque a metodologia aplicava daquele jeito, quais as variações da metodologia, e importante, ou muito importante, ele contempla também as experiências de alguns países, as do Brasil, Índia, China, de como eles tratam particularmente de alguns temas como preços de transferência.	
Luciano	Outro avanço para a participação de países do Sul nas questões tributárias internacionais é a iniciativa BEPS, também da OCDE, em parceria com o G20. Dessa iniciativa participam 141 países.
Dani	E vale notar que a Guiné Bissau nem faz parte da iniciativa BEPS, ou seja, está ainda mais distante das discussões internacionais
Luciano	Mas, na prática, quem conduz a discussão é quem tem mais experiência e conhecimento técnico, ou seja, os países mais poderosos politicamente e que também que comandam a OCDE, de acordo com Marcos Valadão:
Marcos 3 - Falando bem francamente quando vc olha a atuação de países como os EUA, França e Inglaterra e olha países pequenos da África e da América Latina nesse contexto, tem um outra participação mais reforçada aqui e ali, mas em geral o mainstream continua sendo conduzido pelas grandes economias.	
Dani	Faz de conta que você, que tem um conhecimento bem básico sobre tributação está lá, na reunião da iniciativa BEPS. E o

	<p>representante de um país como a Alemanha está fazendo uma proposta e você não está entendendo nada.</p> <p>Ou, até está entendendo, mas não tem a menor noção se o país que você representa terá capacidade de aplicar isso na prática. Você arriscaria abrir a sua boca e comentar ou sugerir algo?</p>
<p><b>Marcos 4 - E como os países ricos eles tem um poder político, negociação, inclusive, questões estratégicas, comerciais, etc pra replicar esses modelos até pra facilitar pras suas empresas, mas em termos de contratos, negociações etc, mas os países em desenvolvimento, se eles não tiverem essa perspectiva que nem sempre dá pra replicar ou replicar pode ser um problema, sem a devida adaptação isso pode gerar um contrafluxo em termos de perspectiva de desenvolvimento sustentável desses próprios países. É preciso tomar muito cuidado com estas questões.</b></p>	
<p>Dani</p>	<p>Mas isso não significa que países com pouca experiência, com economias menores e menos poder político devam ficar de fora do debate global. É preciso incluir todos os países nessa conversa</p>
<p><b>Marcos 6: Participar da discussão, fazer uma análise mais crítica das consequências de determinadas medidas têm pros seus países, isso é extremamente importante até pra impedir ou evitar que determinadas medidas prejudiciais se tornem consensuais, prejudiciais aos países do sul. Uma vez que se tornam consensuais, pra reverter</b></p>	

<p>a tendência é muito mais difícil.</p>	
<p>Luciano</p>	<p>E é aí que entra a Tax Initiative do South Centre, que é uma organização independente e que funciona como um think thank de cooperação com os países do sul global:</p>
<p><b>Marcos 7 - Os países precisam de suporte porque muitos deles não têm técnico de conhecimento pra fazer isso e as diversas organizações não só south center, mas inclusive as organizações tributárias desses países, na AL tem o CIAT, a ATAF na África que também tem um papel importantíssimo nessa construção da vigilância pra participar e decidir também ou tentar participar, influenciar nas decisões que vão formar o mainstream, o consenso da tributação</b></p>	
<p>Dani</p>	<p>Na elaboração do Manual sobre preços de transferência da ONU, por exemplo, coube ao South Centre promover uma maior interação entre os países do Sul Global para que houvesse um melhor alinhamento entre eles.</p>
<p>Luciano</p>	<p>Aliás, a Tax Justice Network, pleiteia que as decisões sobre questões tributárias sejam mais democráticas e, para isso, transferidas da OCDE para a ONU.</p> <p>Há um ditado que diz que se você não se senta à mesa, você está no menu.</p> <p>Assim, espera-se que na ONU mais países se sentem à mesa do que na OCDE.</p>
<p><b>Marcos 8 - O comitê da onu hoje é um comitê com 25 experts que operam ou que trabalham em personal capacity indicados pelos seus governos e tem uma estrutura em princípio paritária e é conduzida pelo menos com esse objetivo</b></p>	

Dani	<p>Ôpa... 25 especialistas em um comitê quando na ONU há 193 países?</p> <p>Bem, ainda que o comitê da ONU seja um avanço, é preciso se tomar cuidados para que, de fato, todos os países do Sul global sejam ouvidos e respeitados:</p>
<p>Marcos 9 - Eu penso que para fazer um contraponto digamos mais efetivo o ideal seria que o comitê da onu fosse transformado num comitê em que fossem representantes dos países mesmo com uma participação mais inclusiva, com o aumento de membros pra 35, por exemplo, há uma proposta nesse sentido de fortalecer o comitê com maior participação dos países em desenvolvimento, onde nesse ambiente você teria uma forma de fazer uma contraposição institucional da perspectiva dos países em desenvolvimento mais efetiva em relação ao que a ocde faz, por exemplo.</p>	
SOBE BG	
Dani	<p>Aos poucos, devagarinho, as mudanças vão acontecendo para que os abusos fiscais diminuam. Mas enquanto isso, multinacionais e super ricos seguem desviando o dinheiro que deveriam contribuir para paraísos fiscais.</p> <p>As consequências do abuso fiscal e o papel da administração tributária para colocar um fim nisso é o tema da coluna com o jornalista Nick Shaxson, da Tax Justice Network.</p> <p>Começando então pelas consequências dos abusos fiscais pelos super ricos e multinacionais:</p>
Nick 1 - Uma consequência é naturalmente a raiva, um sentimento que no povo que existe um conjunto de	

<p>regras para os ricos e poderosos, e outro conjunto de regras para o resto de cidadãos. E isso cria problemas terríveis para a democracia. Se uma pessoa tem que pagar impostos e uma multinacional não paga nada-epessoa rica que pode pagar zero ou quase zero porque tem contabilistas espertos que podem ajudar a pagar nada, isso é muito problemático e ameaça a democracia, naturalmente aumenta a desigualdade. Outra consequência, o crime: nos paraísos fiscais por exemplo, os interesses das multinacionais pra minimizar os impostos e os interesses dos criminosos globais se unem, estão trabalhando no mesmo lugar, tentando fazer coisas parecidas e mais: geralmente esses capacidade dos ricos multinacionais de escapar dos impostos gera um sentimento geral da ilegalidade.</p>	
<p>Luciano</p>	<p>É bem constrangedor saber que multinacionais e super ricos não contribuem com impostos enquanto, por exemplo, a classe média baixa aqui no Brasil, contribui proporcionalmente com mais:</p>
<p>Nick 2 - Também esse problema é contagioso porque se a classe média pensa que os ricos estão escapando pagar os impostos e geralmente escapam da lei, eles ficarão menos felizes em pagar seus próprios impostos ou obedecer a lei. É claro que o governo muitas vezes não faz o que o povo quer, sim, normalmente porque pessoas super ricas e multinacionais fazem</p>	

<p>lobby e influência a agir no seu interesse.</p>	
<p>Dani</p>	<p>E mais dinheiro em paraíso fiscal significa menos dinheiro para saúde, educação, saneamento básico ... Qual a importância das administrações tributárias e do trabalho dos auditores fiscais para evitar esses efeitos?</p>
<p>Nick 4 - <b>É essencial que as autoridades fiscais se concentrem não apenas no montante da receita que as autoridades fiscais coletam, mas também na estrutura do sistema fiscal , em outras palavras. tributamos mais os ricos, porque isso protege a democracia e economia ou tributamos mais os pobres porque é mais fácil e tem muito dinheiro lá? outra pergunta: tentamos tributar mais as grandes empresas de tecnologia, do que as pequenas empresas? Mas o problema com isso é que naturalmente os ricos fazem mais barulho que os pobres e tem mais força portanto o sistema tributário sempre reflete seus interesses mais do que deveria e em alguns países demasiado.</b></p>	
<p>Luciano</p>	<p>E o fato de os super ricos fazerem mais barulho do que os pobres acaba surtindo efeito pois globalmente, e também aqui no Brasil, estão ocorrendo cortes nos recursos para as administrações tributárias.</p>
<p>Nick 5 - <b>Esses cortes são deliberados, faz parte de uma longa guerra contra o governo por interesses privados que não gostam de pagar impostos e não gostam de se submeter a leis</b></p>	
<p>Dani</p>	<p>E quais são os efeitos dos cortes nos orçamentos das administrações tributárias?</p>



<p>Nick 6 - Os efeitos são exatamente o que esses interesses querem, que os ricos ficam mais ricos e os pobres que recebem serviços governamentais reduzidos tem que pagar aqueles impostos que os ricos não pagam, tem que pagar mais</p>	
<p>Luciano</p>	<p>Na direção contrária, o presidente dos EUA, Joe Biden, anunciou no ano passado que deve investir mais em auditores fiscais, inclusive em treinamento sobre como combater abuso fiscal nacional e internacionalmente.</p>
<p>Nick 8 - É uma coisa novo que não vimos nos EUA, mas também muitos outros países. Nos últimos 30, 40 anos. Eu acho que estamos num tempo de câmbio e essas ideias que os administrações tributárias, os impostos são positivos, são coisas necessárias para crescimento para a sociedade, estas ideias estão a começar a voltar a nossa sociedades no mundo inteiro. Mas no mesmo tempo é importante dizer: dentro dos estados unidos ou a administração não tem poder absoluto e tem muitos interesses também que estão a atacar estes esforços para aumentar os recursos dos administrações tributárias. Então vamos ver qual será o resultado.</p>	
<p><b>SOBE BG</b> Fechamento</p>	
<p>Dani</p>	<p>É possível melhorar os sistemas de cobrança de impostos e experiência inspiradora na África do Sul após a queda do apartheid é a prova disso.</p>

	Um dos caminhos para fortalecer a administração tributária de países de baixa renda é compartilhar a responsabilidade dessa tarefa com os organismos internacionais, na opinião de Clair Hickman:
<b>Clair 6 - eu acho que está na hora de as grandes organismos internacionais começarem a atuar e realmente ajudar os países mais pobres a enfrentar esse tipo de evasão</b>	
Dani	O movimento de justiça fiscal global visualiza que a ONU deve ser um espaço democrático de decisão política com a participação de todos os países membros.  Mas para além disso, é crucial que os países de baixa renda continuem se apoiando mutuamente e invistam cada vez mais na cooperação sul-sul.
	E é preciso que nós façamos a nossa parte, afirma o jornalista da Tax Justice Network, Nick Shaxson:
<b>Nick 9 -Mas a melhor resposta é lutar para tornar o governo mais eficaz e mais responsável perante o povo. Isso é o que temos que fazer. É por isso que precisamos de um movimento de justiça fiscal a propósito, não apenas para garantir que as pessoas estejam cumprindo as leis, mas também para mudar as próprias leis para recuar contra esse poder da riqueza para fazer o sistema em sua imagem.</b>	
	O melhor sistema e a melhor relação custo-benefício é a justiça fiscal.
<b>SOBE BG</b>	
Luciano espaço do ouvinte	O ouvinte Silvio Sidney, que está na nossa lista de distribuição pelo whatsapp pergunta se há alguma perspectiva do livro Treasure Island, do jornalista Nick Shaxson, da Tax Justice Network ser traduzido para o português. Nick?

<p><b>Nick:</b> 25:30 tem tradução em espanhol, mas infelizmente até agora não em português. eu espero que possa ser traduzido em português e se alguém conhece alguém que quer publicar em português eu estaria muito contente. Seria muito importante eu acho, eu espero, eu gostaria isso também. 26:03</p>	
<p><b>Luciano</b></p>	<p>Fica aí o apelo às editoras de livros que estiverem nos ouvindo...</p> <p>E se você também quiser fazer parte da nossa lista de transmissão pelo whatsapp, nos escreva em <a href="mailto:info@edasuaconta.com">info@edasuaconta.com</a> com seu nome e número de telefone.</p> <p>O É da sua Conta também está no twitter, e_dasuaconta e no facebook.</p> <p>E em <a href="http://www.edasuaconta.com">www.edasuaconta.com</a> você encontra todos os episódios.</p>
<p><b>ENTRA BG DO PROGRAMA</b></p>	
<p>Dani</p>	<p>O É da Sua Conta é coordenado por Naomi Fowler, o acompanhamento das redes sociais é do Luciano Máximo. A produção desta edição é da Grazielle David, do Luciano Máximo e minha.</p> <p>Um abraço, e até o próximo.</p>
<p>Luciano</p>	<p>Um abraço e, muita força!</p>